



Assistindo a população, combatendo o comunismo: as Ações Cívico-Sociais no contexto da ditadura militar brasileira

PLÍNIO FERREIRA GUIMARÃES*

Ainda constante nas atividades empregadas por corporações militares do Brasil na atualidade, sobretudo das Forças Armadas, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) são constituídas por campanhas de assistência diversas às populações civis, sobretudo aquelas que residem em áreas pobres ou isoladas, sendo compostas por atendimentos médico e odontológico, campanhas de vacinação, distribuição de alimentos, de remédios e de material escolar, obras em escolas e outros espaços públicos, atividades de recreação com crianças, assistência especializada de agrônomos e médicos veterinários no meio rural, obras de infraestrutura como a abertura de estradas e a pavimentação de rodovias, entre tantas outras ações.

Mais recentemente, as ACISO chegaram a ganhar algum destaque na imprensa quando das reformas realizadas nas fachadas de casas do Morro da Providência¹ em 2008 e na ocupação do Morro do Alemão² por forças de segurança em 2012, ambas na cidade do Rio de Janeiro. As ações cívicas fazem parte também das atividades praticadas na missão brasileira no Haiti³, a Minustah. Uma breve pesquisa pelos *sites* de busca na internet e se pode ter uma percepção de como esse tipo de ação é muito presente nas organizações militares, tendo como objetivo direto a aproximação destas com a população civil. No entanto, tais tipos de ações voltadas aos residentes em áreas carentes foram construídas a partir das disputas ideológicas no contexto da Guerra Fria e da luta anticomunista.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)/ *campus* Ibatiba.

¹ Projeto social chega à comunidade do Morro da Providência, **Portal Terra**, 19 fev 2008. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI2465933-EI306,00->

Projeto+social+chega+a+comunidade+do+Morro+da+Providencia.html>. Acesso em 27 set 2014.

² Para conquistar 'corações e mentes', Exército faz Natal no Alemão ocupado, **Último Segundo**, 16 dez 2012. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/para-conquistar-coracoes-e-mentes-exercito-faz-natal-no-alemao-o/n1597413860301.html>>. Acesso em 27 set 2014.

³ BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores**. Nota nº 564: Ações Cívico-Sociais durante a Semana da Pátria. Porto Príncipe, 12 set 2010. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/acoes-civico-sociais-no-haiti-durante-a-semana-da-patria-2013-porto-principe-12-de-setembro-de-2010>>. Acesso em 27 set 2014.

As ACISO foram instituídas como prática comum nas organizações militares brasileiras a partir da segunda metade da década de 1960. O país vivia os primeiros anos da ditadura militar e o anticomunismo dos oficiais das Forças Armadas e dos demais grupos que se aliaram na trama golpista que depôs o presidente da República João Goulart refletia nas próprias políticas do governo e, conseqüentemente, nas medidas que seriam implementadas nas corporações militares alinhadas ao regime. É neste contexto que se encaixa a criação das ações cívicas no Brasil. As operações de assistência faziam parte da estratégia das Forças Armadas e do governo militar para conter uma possível ascensão de grupos de esquerda. Buscava-se evitar uma escalada revolucionária como aquela que se espalhou pelo Terceiro Mundo, principalmente nos antigos territórios coloniais dos continentes asiático e africano, e que na América já havia tomado a ilha de Cuba em 1959. As ações cívicas estavam integradas às doutrinas que repensavam as novas formas de enfrentamento aos inimigos dos tempos de Guerra Fria. Estas novas concepções definiam como ineficazes as antigas teorias que versavam sobre as formas convencionais de guerras. O mero recurso às armas e o fortalecimento das grandes unidades do Exército não seriam suficientes para conter sublevações que irromperiam no interior do próprio país, levando a população a contestar o poder constituído e a querer substituí-lo por outro, “contaminado” pelos ideais marxistas.

Neste processo, não bastava reprimir violentamente os grupos revolucionários. Na visão dos formuladores das novas teorias de guerra, quando as lutas de guerrilhas começassem a eclodir no interior de um país, poderia já ser tarde demais. Desta forma, era necessário antecipar-se às ações daqueles que fomentavam a insurreição atacando diretamente as causas de uma possível insatisfação popular: o subdesenvolvimento e os conseqüentes problemas sociais gerados por ele.

Entre a doutrina francesa e o treinamento norte-americano

No Brasil, o momento de maior radicalização ideológica durante a Guerra Fria coincidiu com o período de propagação de uma doutrina militar importada da França no interior das Forças Armadas brasileiras: a da guerra revolucionária. Esta doutrina voltava seu

olhar para além das guerras clássicas e chamava a atenção para uma nova forma de ação que colocava a conquista da população civil e a corrosão do poder estabelecido como estratégia essencial para que o posterior recurso às armas viesse a ter sucesso. Dentro desta interpretação, agentes comunistas infiltrados nas diversas esferas da sociedade atuavam incitando o descontentamento popular e criando o clima propício para colocar em prática seus planos de tomada do poder.

Neste sentido, obras como a do coronel Gabriel Bonnet (1963) se propuseram a analisar as derrotas sofridas pelos franceses contra os movimentos insurgentes em suas antigas colônias na Ásia e na África. Em seu livro, Bonnet afirmava que os fortes contrastes internos nas regiões do Terceiro Mundo fomentavam a insatisfação da população e serviam como terreno fértil para a propagação dos ideais revolucionários. Assim, as forças militares deveriam se preocupar também com o desenvolvimento econômico e com a redução das agruras vividas pelas populações residentes nas áreas mais pobres do planeta. Caso isso não fosse feito, de nada adiantaria o uso de armas e de homens no combate àqueles que se voltassem contra o poder instituído:

São incontestavelmente as contradições econômicas internas que, ao longo de todos os séculos, ocupam o primeiro lugar nas causas das revoluções. As profundas alterações da economia e as especulações de todo gênero, a alta dos preços e a inflação, o desemprego e o fardo dos impostos constituem sempre um grave perigo social. Quebram a coesão da sociedade e ensinam às classes miseráveis o ódio e a violência. A História é uma imensa tela onde, frequentemente, a miséria de uma grande massa faz contraste com a riqueza de uma minoria que ostenta sua fortuna com provocante inconsciência. Se o contraste é por demais chocante, acumula forças explosivas e impele à revolta (BONNET, 1963:11).

Em consonância com a doutrina da guerra revolucionária, as forças de repressão francesas que lutavam contra o movimento de libertação na Argélia introduziram programas de auxílio à população local a partir da segunda metade da década de 1950. Tais programas ficaram a cargo das Seções Administrativas Especializadas⁴ (SAS), unidades militares que, de acordo com Bourdieu e Sayad (2006), seriam treinadas na tentativa de implementar uma “política de integração” da população argelina nativa. De acordo com os pesquisadores, junto

⁴ Do francês, *Sections Administratives Spécialisées*.

das ações de assistência nas áreas econômica, social e de saúde, as SAS eram também empregadas nos serviços de informações, manutenção da ordem e controle da população. Em seu livro, Bonnet (1963) dedica poucas linhas a respeito das SAS, mas destaca sua importância dentro do contexto da guerra que os franceses enfrentavam na Argélia:

Meios administrativos, financeiros e militares permitem-lhes construir vilarejos, abrir estradas e pistas, pontos d'água e escolas, reforçar a ação sanitária e aparelhar regiões deserdadas. A água e a eletricidade, a escola e a estrada são os elementos concretos de uma verdadeira redenção humana, a que as forças locais, recrutadas, trazem segurança. (BONNET, 1963:250)

De acordo com a edição especial da revista *Cahier de la Recherche Doctrinale* (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2005), publicação do Ministério da Defesa da França, os programas desenvolvidos através das unidades especializadas das SAS seriam um instrumento militar orientado para tarefas civis, tendo como um dos objetivos centrais a conquista da simpatia da população ou, pelo menos, uma posição de neutralidade benevolente por parte destas⁵. Além disso, o artigo afirma ainda que seria propósito do programa o estabelecimento da confiança entre militares e elites locais e a busca de informações. Dentre as atividades realizadas pelas missões das SAS, estariam desde a gestão administrativa local, à atuação nos campos da saúde e da educação ou mesmo na tentativa de resolver as desavenças existentes entre a própria população nativa através da visita semanal de oficiais de justiça franceses. Eram ainda realizadas a distribuição de alimentos como farinha e cereais, de roupas, entre outros, e atividades de recreação como esportes, ginástica, teatro, canto, etc.

No entanto, se as forças militares francesas apresentaram o suporte doutrinário e foram as primeiras a implementar programas que visassem assistir as populações civis residentes em áreas carentes, não se pode desconsiderar as ações que foram colocadas em prática por agências norte-americanas, sobretudo aquelas destinadas ao treinamento das forças de segurança dos países subdesenvolvidos, com ênfase dada à América Latina. Durante a década de 1950, o continente havia ficado relegado ao segundo plano diante da prioridade

⁵ É importante destacar aqui o contraponto apresentado por Bourdieu e Sayad (2006), retratando a interferência no modo de vida da população pelas unidades francesas voltadas à população civil da Argélia. Segundo os pesquisadores, as SAS contribuíram para a desagregação das unidades tradicionais dos nativos argelinos. Neste sentido, o artigo foca no projeto de reassentamento que retirava de forma compulsória os camponeses de suas terras e os levava forçadamente para áreas “livres” dos grupos rebeldes, facilitando, assim, a repressão aos revoltosos.

dada por Washington à Europa e à Ásia. Entretanto, a tomada do poder pelos revolucionários liderados por Fidel Castro em Cuba colocou os países latino-americanos no centro das preocupações do governo dos Estados Unidos. A partir da administração de John Kennedy, as agências de segurança norte-americanas intensificaram os programas de ajuda e treinamento às forças militares e policiais da América Latina com a finalidade de torná-las mais aptas ao enfrentamento do comunismo. Além de técnicas de vigilância, de obtenção de informações e de repressão aos grupos revolucionários, tais treinamentos visavam também tornar as forças da ordem “construtoras de nações”, envolvendo polícias e Forças Armadas em atividades que visavam colaborar com o desenvolvimento nacional e de assistir a população civil.

A perspectiva das discussões doutrinárias norte-americanas, com destaque para a teoria da contrainsurgência, ia de encontro com a doutrina revolucionária francesa: seria necessário antecipar-se aos grupos subversivos antes que estes iniciassem a revolução, corroendo a ordem estabelecida. É dentro deste contexto que nascem as chamadas *civic actions*, onde as forças militares e policiais foram treinadas para a realização de atividades de assistência a populações civis de áreas carentes. Tais ações constavam dos currículos dos cursos oferecidos aos agentes de segurança latino-americanos treinados por agências norte-americanas e tiveram grande influência sobre as ações que foram postas em práticas no Brasil por tropas durante a ditadura militar.

As ações cívicas no Brasil

No Brasil, as *civic actions* ganharam o nome de Ação Cívico-Social, ficando mais conhecidas pela sigla que designava tais atividades: ACISO. O Exército foi aquele que deu início ao programa, logo estendido às demais corporações que compõem as Forças Armadas e às polícias militares estaduais. Não se pode, contudo, afirmar que as ações cívicas constituíram-se exclusivamente de ações tipicamente assistencialistas no país, mas, em via de regra, seu carro-chefe era composto por campanhas que incluíam os atendimentos médicos e odontológicos, vacinações, distribuição de alimentos, de medicamentos, de vestes, de material escolar, etc. Comportaram também atividades de recreação com jovens, assistência técnica

especializada no campo através de médicos veterinários e agrônomos, organizações de festejos e cerimônias cívicas, entre tantas outras ações. Obras de infraestrutura como a abertura de estradas e construção de pontes, reparos em escolas, praças e outros espaços públicos foi outro viés do programa, ocorrendo, porém, em número menor em relação às demais ações mencionadas.

As ACISO também não foram as únicas ações neste sentido. Na tentativa de aproximar-se de populações civis, o Exército brasileiro desenvolveu outros programas, como a oferta de cursos profissionalizantes no interior de seus quartéis, a abertura de escolas e o desenvolvimento de programas de alfabetização em unidades militares e as colônias de férias (GUIMARÃES, 2014). Além disso, é importante destacar que o Exército promovia ações de auxílio à população civil muito antes da derrubada de João Goulart com o golpe de 1964, geralmente em momentos de calamidade pública, como nas catástrofes climáticas provocadas por períodos de fortes chuvas ou de seca.

De acordo com os indícios encontrados nos documentos consultados, as ACISO teriam sido implementadas no Brasil a partir de 1966. As primeiras ações nestes moldes aparecem na edição de 6 de maio do jornal *Noticiário do Exército* daquele ano. Nela, tropas da 4ª Região Militar (4ª RM) teriam realizado manobras de treinamento em área próxima à represa de Furnas compreendendo os municípios de Três Pontas, Varginha, Campos Gerais, Alfenas, Elói Mendes e Paraguaçu, no sul de Minas Gerais. De acordo com o texto, os exercícios seriam voltados para o combate a guerrilhas contando com a participação da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e da Força Aérea Brasileira (FAB). A matéria destaca a assistência prestada à população civil das comunidades de Pontalete, Fama, Quilombo e Córrego do Ouro, afirmando ter sido este o ponto alto da manobra. Nota-se que a atividade de assistência ainda não recebe o nome de ACISO, mas de “ação Psico Social”. Através dela, teriam sido realizadas 1289 consultas médicas, extração dentária em 633 pessoas e suturas dentárias em outras 527, além da aplicação de 264 doses de vacinas. O texto também relata a realização de reparos em escolas, igrejas e demais locais públicos, distribuição de alimentos e medicamentos e atividades de recreação com os moradores das localidades atendidas⁶.

⁶ Manobras da 4ª RM, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2142, 6 mai 1966, p.3.

Ainda em 1966, outras duas edições do *Noticiário do Exército* trouxeram atividades realizadas por unidades da corporação em atendimento à população civil, ambas sem usar, porém, o termo ACISO para designá-las. Primeiro, a “Jornada de Saúde” organizada pela 3ª Divisão de Cavalaria de Bagé que, duas vezes por semana, realizava atendimentos diversos através de médicos, dentistas, enfermeiros, sanitaristas, vacinadores e veterinários às populações residentes na área de jurisdição da guarnição⁷. Já o 4º Batalhão de Engenharia de Construção de Cratêus, Ceará, montou uma estrutura para assistência do pessoal militar, estendendo-o a civis da região através de seu Serviço de Assistência Social da Unidade. Neste caso, não se tratava exatamente de atividades promovidas através de campanhas como geralmente ocorriam nas ações cívicas, mas de uma estrutura permanente que contava com escola, armazéns, farmácias, postos médicos e de um hospital que, segundo o texto, seria o único existente na época num raio de 300 quilômetros⁸.

Apesar de o termo Ação Cívico-Social aparecer já em algumas matérias publicadas no *Noticiário do Exército* do início de 1967, a sigla ACISO foi encontrada pela primeira vez em documentação referente à repressão pelas forças da ordem contra o movimento guerrilheiro que havia se instalado na serra de Caparaó, na divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Em documento expedido pela 4ª RM em 03 de abril, o Exército ordenava à Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) a execução de atendimento aos residentes na região através da ACISO com o objetivo de “[...] conquistar a simpatia popular”⁹.

A partir de 1967, os relatos referentes às ações cívicas se multiplicam não apenas nas publicações voltadas para o interior da caserna, como também nas peças publicitárias do governo militar voltada à população civil e pelos próprios jornais convencionais (GUIMARÃES, 2014). As ACISO tornaram-se frequentes e foram realizadas em todas as regiões do país, sobretudo em áreas isoladas onde o alcance do Estado ainda era restrito. Passaram também a fazer parte dos próprios cursos de guerra revolucionária, sendo executada nos exercícios de guerra realizados no período. Além disso, as ações cívicas atuaram em

⁷ Atividades da 3ª DC – “Jornadas de Saúde” e identificação. *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2144, 10 mai 1966, p.3.

⁸ Assistência social no 4º B E Cnst, *Noticiário do Exército*, Rio de Janeiro, nº 2210, 13 ago 1966, p.3.

⁹ Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó. Museu Histórico da PMMG.

consonância com outros programas da ditadura, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e o Projeto Rondon.

No entanto, ainda que seja um programa voltado à assistência da população civil de forma diversa, não se pode perder de vista seu objetivo central: conter a guerra revolucionária. Neste sentido, durante a ditadura militar, as ACISO estavam afinadas com as demais ações que se abateram contra as esquerdas no país como a propagação de órgãos de informação e repressão e a censura à imprensa imposta no período. Não à toa, as ACISO constaram nas operações de combate aos dois principais movimentos guerrilheiros que insurgiram contra o governo no período: as guerrilhas de Caparaó e do Araguaia.

Combatendo a subversão: o uso das ACISO em áreas de conflagração de guerrilhas

Os movimentos em oposição à ditadura militar que foram deflagrados pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) na serra do Caparaó e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região do Araguaia, divisa entre os estados do Pará, Maranhão e do atual Tocantins, foram as únicas tentativas mais efetivas de se implantar uma guerrilha rural no Brasil no período. Se considerarmos que a guerrilha de Caparaó foi desbaratada antes mesmo de entrar em ação, apenas o plano de luta armada colocado em prática pelo PCdoB pode ser receber esse título. Entretanto, além da tentativa de se iniciar pelo campo um projeto revolucionário, os dois movimentos tiveram outro aspecto que os aproxima: o uso das ACISO pelas forças da ordem como estratégia de conquista da população local visando isolar e derrotar os grupos guerrilheiros.

No caso de Caparaó, obteve-se acesso à documentação da PMMG referente à guerrilha que traz uma descrição mais apurada sobre as atividades de assistência que foram realizadas durante as buscas aos integrantes do MNR. Relatórios diários eram enviados ao Estado-Maior da polícia mineira e ao Posto de Operações Conjuntas, sob o comando da 4ª RM. Somente nos atendimentos que foram realizados nas localidades de Alto Caparaó e Caparaó entre os dias 11 e 14 de abril de 1967, tais relatórios trouxeram os seguintes números: 560 consultas médicas, 39 curativos, 460 extrações dentárias, 47 obturações

provisórias, 12 limpezas de tártaro, entre várias outras ações como distribuição de medicamentos, vacinação e até mesmo cirurgias¹⁰. Na região, ainda foram realizadas atividades de recreação, exibições cinematográficas, distribuição de materiais esportivos, palestras em escolas, assistência religiosa, entre outros.

As ações cívicas realizadas nas proximidades da serra do Caparaó chamaram a atenção da própria imprensa que cobria as ações realizadas pelo Exército e pelas polícias militares, destacando que estas ações já fariam parte da estratégia de combate à guerrilha:

Essas equipes, integradas por médicos, dentistas, enfermeiros, veterinários e elementos entendidos em relações públicas, têm a finalidade atrair a população civil através de assistência médico-dentária, tratamento da criação e ajuda na lavoura, além da distribuição de roupas, calçados, guloseimas e brinquedos para as crianças, neutralizando, assim, qualquer trabalho que no mesmo sentido tenha sido feito pelos guerrilheiros. Equipes da ACISO já atuam na região. Essa prática faz parte do treinamento anti-guerrilha que vem sendo dado à tropa¹¹.

As ACISO também fizeram parte da estratégia na repressão ao principal movimento armado de luta contra a ditadura militar: a guerrilha do Araguaia. Na verdade, antes mesmo da eclosão dos embates entre as tropas do governo e os guerrilheiros, a região já era alvo de preocupação por parte das Forças Armadas brasileiras. A necessidade de maior atenção fez com que uma manobra de treinamento, que reuniu unidades de todo o país e das três corporações que compõem as Forças Armadas, fosse realizada na região ainda em 1970. Batizado de “Operação Carajás”, os exercícios foram transformados num vídeo de publicidade do regime produzido e divulgado pela *Agência Nacional* em 1971. No filme, é mencionado que os exercícios tinham por finalidade testar a eficiência das tropas no combate antiguerrilha, afirmando-se que as ações teriam sido bem sucedidas: “O pleno êxito alcançado veio comprovar uma vez mais que os dispositivos militares brasileiros estão capacitados a agir na hora exata, no local certo e com a força necessária a fim neutralizar qualquer atentado à segurança nacional¹²”.

¹⁰ Arquivo da Guerrilha da Serra do Caparaó. Museu Histórico da PMMG.

¹¹ Presos 36 implicados na ação de guerrilhas na serra do Caparaó, *O Globo*, Rio de Janeiro, 14/04/1967, p.8.

¹² Operação Carajás (1971), **Agência Nacional**. Disponível em http://zappiens.br:80/videos/cgidYHVOI1qmqzVh8GSsIw8e2ETyL4BUOJUXuo_cFB9dALU.FLV.

Dentro das operações de treinamento em combate a guerrilheiros, atividades de ACISO foram realizadas, como é demonstrado no fim do vídeo publicitário. Nele, médicos militares são exibidos enquanto prestam atendimento a mulheres e crianças a céu aberto. Em outra tomada, um grupo de homens é mostrado em fila aguardando pelo atendimento. No decorrer do filme, a locução destaca que a “[...] assistência médica é um dos aspectos da ação social exercida pelas Forças Armadas nas regiões do interior do Brasil¹³”. Entre as atividades da ACISO foi realizada também missa ao ar livre no município de Imperatriz, no estado do Maranhão: “Os oficiais e soldados, juntamente com os habitantes locais, assistem missa na cidade de Imperatriz, comungando do mesmo sentimento religioso que caracteriza fortemente nosso povo¹⁴”, afirma o locutor no vídeo institucional das Forças Armadas brasileiras. As imagens mostram que a cerimônia misturava a mensagem religiosa às atividades de doutrinação cívica, já que são exibidos jovens uniformizados com faixas nas cores verde e amarelo e segurando bandeiras dos estados brasileiros, algumas crianças com roupas militares, queques e faixas escritas “Brasil”, entre outras cenas. A Operação Carajás foi finalizada com um desfile militar que contou com a participação de jovens da localidade.

Assim, é importante destacar que a ACISO não era novidade em algumas localidades da região do Araguaia, já que havia sido realizada através da Operação Carajás. No entanto, com o início do conflito, as ações cívicas passaram a compor o repertório das tropas de repressão à guerrilha, sobretudo após as derrotas sofridas nas duas primeiras expedições militares, o que obrigou as forças oficiais a alterarem a estratégia de combate aos integrantes do PCdoB, reforçando o uso de ações de assistência social junto aos habitantes locais: “[...] criou-se a Ação Cívico-Social (ACISO), departamento incumbido de atividades assistenciais, tendo em vista combinar o terror repressivo generalizado ao efeito suasório dos serviços médicos e dentistas junto a uma população inteiramente desassistida” (GORENDER, 2003: 237).

Infelizmente, nas fontes consultadas para o presente trabalho, não se teve acesso a atividades mais detalhadas que compuseram as ACISO realizadas na região do Araguaia durante a repressão à guerrilha. Em relatório produzido pelo Centro de Informações de

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem.

Segurança da Aeronáutica (CISA)¹⁵ é mencionado apenas que as ações cívicas foram executadas dentro da “Operação Papagaio”, campanha militar realizada em setembro de 1972 na tentativa de aniquilar o movimento guerrilheiro. Informações próximas a estas aparecem em relatório sobre conferência ocorrida em 1984¹⁶ na Universidade Federal do Pará (UFPA) sobre a guerrilha do Araguaia, na qual participou a militante do PCdoB Elza de Lima Monnerat. Tendo por base o depoimento da ex-guerrilheira durante o evento, o documento reproduz uma narrativa a respeito do movimento e do processo de repressão por parte das forças do governo. Monnerat, que foi uma sobrevivente do Araguaia, teria mencionado o uso da ACISO como forma de conquistar o apoio da população camponesa:

l. Em SET 72, teve início a “segunda parte dos combates”, que teve a participação não só do EXÉRCITO, como também da MARINHA e da AERONÁUTICA, “com o contingente de 12 mil homens”. Trouxe ainda a “Operação ACISO”, “atividade de cunho assistencialista, utilizando médicos e odontólogos no atendimento da população”. A referida “operação” tentava reverter o apoio dos camponeses à guerrilha para os militares¹⁷.

Outros documentos mencionam atividades de ACISO sendo postas prática após a derrota da guerrilha, mas sem maiores detalhes sobre os tipos de atividades que ali foram implementadas e tampouco sobre a quantidade de ações realizadas. Sabe-se, também, que o governo militar demonstrou grande preocupação com a região, desenvolvendo outros programas que pudessem ser permanentes e mantendo uma maior presença na região para evitar que outro movimento contrário à ditadura pudesse ali surgir.

Assim, pode-se concluir que as ACISO, aliadas a outros programas postos em prática durante a ditadura que perdurou entre 1964 e 1985, constituíram-se em uma das principais estratégias na tentativa de conquistar os habitantes de regiões remotas e carentes e, ao mesmo tempo, minar as ações dos grupos de esquerda. Executadas de forma isolada ou integradas a exercícios militares, praticadas em áreas sem conflitos ou como estratégia de combate a movimentos guerrilheiros, as ações cívicas transformaram-se em uma das “armas” das forças militares contra a “ameaça comunista”. Ainda que consideradas ineficientes se executadas

¹⁵ Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações (AC ACE 54616/72).

¹⁶ Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações (ABE ACE 4887/84).

¹⁷ Idem.

isoladamente, elas foram elemento importante nas operações de repressão contra os militantes do MNR em Caparaó e do PCdoB na região do Araguaia. Caracterizadas pela realização de ações assistenciais às populações civis, as ACISO faziam parte do “arsenal” edificado pelas Forças Armadas para eliminar as esquerdas no país. No entanto, ao invés das rajadas de balas de fuzis, era através do trabalho de médicos e dentistas que se tentava “atingir” o “coração” e a “mente” dos brasileiros na busca pela conquista de sua simpatia e apoio em favor do regime ditatorial então vigente.

Referências bibliográficas:

BONNET, Gabriel. **Guerrilhas e Revoluções**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o saber cultural. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 26, p.41-60, jun. 2006.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. **Outras formas de enfrentar a ameaça comunista: os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974)**. Belo Horizonte, 2014.300f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

ISHAQ, Vivien. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, p.519-536, jul./dez. 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 39-50, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.30, nº 59, p.237-266, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964. **1964-2004: 40 anos do golpe**: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.290-305.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A Guerrilha do Araguaia**: paulistas e militares na Amazônia. Belém: 2000, 199f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Défense: Centre de Doctrine d'Emploi des Forces. Les "Sections Administratives Spécialisées" en Algérie: Un outil pour la stabilisation. **Cahier de la recherche doctrinale**. Paris, N° 500, 21 out 2005. Disponível em <<http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/anciennes-publications/cahier-de-la-recherche/sas-algerie>> Acesso em: 26 jul.2014.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA**. Campinas: 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas.